

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

**PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM ODONTOLOGIA DE SAÚDE PÚBLICA**

Belo Horizonte

2019

1. Um breve histórico sobre avaliação institucional no Colegiado de Pós-graduação (CPGO)

Em documento recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a avaliação institucional é relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento contínuo da eficácia e efetividades das instituições, tanto nos aspectos acadêmicos, quanto sociais, bem como no aprofundamento das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (INEP, 2019). Tendo em vista a complexidade dos sistemas educativos, incluído o nível de pós-graduação, a avaliação deste sistema também deve ser considerada como ações e políticas complexas, que envolvem múltiplos atores, metodologias diversas e formas de acompanhamento e monitorização (Hortale, Moreira, 2008).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) comenta que a autoavaliação deva ser identificada como

“(...) um processo avaliativo conceituado e autogerido pela comunidade acadêmica. A comunidade tem a titularidade da avaliação. Envolve a participação de distintos atores da academia ou externos a ela (docentes, discentes, egressos, técnicos e outros), nos níveis hierárquicos diversos, dos estratégicos aos mais operacionais.” (CAPES, 2018)

Na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Própria de Avaliação aponta como objetivos da autoavaliação: a produção do conhecimento; a discussão dos sentidos do conjunto de atividades e finalidades da instituição; a identificação das causas dos problemas e deficiências; o aumento da consciência pedagógica e profissional dos docentes e técnicos; o fortalecimento das relações de cooperação entre os atores da Universidade; a efetivação do vínculo entre a UFMG e a comunidade; a avaliação da relevância científica e social de suas ações e produtos; bem como a prestação de contas à sociedade (UFMG, 2018).

O Colegiado do Programa de Pós-graduação em Odontologia (CPGO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) tem um histórico de mais de 40 anos de funcionamento, sendo que os cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos apresentam conceito 7 (excelência internacional) e o Mestrado Profissional em Odontologia em Saúde Pública, o mais recente, tem conceito 4, desde a última avaliação quadrienal da CAPES. Diversas ações e políticas avaliativas têm sido desenvolvidas pelo nível acadêmico desde sua fundação em 1978. Mais recentemente, essa Comissão identificou diversas políticas e ações avaliativas desenvolvidas de

forma contínua com o objetivo de incrementar a qualidade do ensino, a formação do estudante, a produção do conhecimento e, não menos relevante, o impacto do curso na sociedade. Da mesma forma, essa Comissão percebe a necessidade de avanços nos processos de autoavaliação visando o crescimento dos Programas (acadêmico e profissional), considerando a internacionalização, o impacto social, a formação de recursos humanos e a produção qualificada de conhecimento técnico e científico.

A proposta de autoavaliação do CPGO está em consonância com a proposta de avaliação e acompanhamento institucional do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG. Este último abarca diversos temas, tais como a avaliação externa, responsabilidade social, internacionalização, avaliação dos produtos técnicos e científicos e comunicação com a sociedade.

Essa proposta baseou-se também no documento apresentado pelo grupo de trabalho sobre a autoavaliação de Programas de Pós-graduação da CAPES (CAPES, 2018). Esse documento sugere uma sequência para elaboração de propostas de autoavaliação que inclui seis etapas: preparação, elaboração do projeto, implementação, divulgação dos resultados, uso dos resultados, meta-avaliação.

A etapa de preparação envolveu reuniões do CPGO, definição da equipe coordenadora, definição dos princípios avaliativos com consulta à literatura da área, identificação da missão, metas e objetivos de médio e longo prazo do CPGO. Houve discussão sobre os métodos a serem empregados, sua periodicidade e estratégias para divulgação e utilização dos resultados.

2. Experiências avaliativas do CPGO

O projeto de autoavaliação deverá envolver o que será avaliado, quem conduzirá a avaliação, quais métodos e instrumentos serão utilizados e qual a periodicidade da avaliação. Após a sistematização da análise quali-quantitativa serão identificados fragilidades, potencialidades, desafios estratégicos que contribuirão para o desenvolvimento institucional do CPGO, tendo como referencial o PDI da UFMG e a avaliação da CAPES. A CAA identificou que o CPGO já desenvolve diversas ações de autoavaliação há vários anos, as quais serão descritas e sistematizadas neste documento.

2.1. Avaliação da aprendizagem do aluno

2.1.1. A Comissão de Avaliação Discente (CAD) do CPGO foi reestruturada em 2016 e é composta, atualmente, por três docentes permanentes do PPGO. A cada semestre, todos os estudantes preenchem um Relatório de Atividades Discentes, no qual é feita uma descrição das atividades acadêmicas realizadas e uma autoavaliação do seu percurso formativo no mestrado. O orientador do estudante também apresenta uma avaliação qualitativa e reflexiva sobre o processo formativo neste mesmo relatório. Esse relatório é enviado para um parecerista, docente permanente do curso que avalia o relatório apresentado por cada estudante. É emitido um parecer final que aprova, aprova com ressalvas ou não aprova o relatório discente. A coordenação do curso efetua a leitura de todos os relatórios dos discentes e dos pareceristas. Reuniões com o estudante e orientador são realizadas visando contribuir para a superação das dificuldades apontadas nos relatórios. É importante comentar que o mesmo docente acompanha os relatórios e emite os pareceres para o mesmo estudante desde sua entrada no curso até sua defesa de dissertação. Essa sistêmica de trabalho tem propiciado a identificação e superação de dificuldades no processo de desenvolvimento da dissertação, visando garantir avanços acadêmicos para o estudante, corpo docente e para o curso. Em síntese, a coordenação acompanha todo o percurso formativo do estudante, abarcando os aspectos de desenvolvimento de créditos, desenvolvimento do projeto de pesquisa, engajamento em atividades de extensão, pesquisa e ensino de graduação, além de sua participação em produtos técnicos e científicos.

Os formulários utilizados para elaboração do Relatório de Atividades Discentes (Apêndice A) e do Parecer sobre o Relatório de Atividades Discentes (Apêndice B) estão disponíveis no final deste documento.

2.1.2. Um dos aspectos de avaliação de aprendizagem dos estudantes que é de suma importância para avanços no processo de internacionalização do CPGO é a proficiência em língua estrangeira, especialmente na língua inglesa. Atualmente, a comprovação de Exame de Proficiência em língua inglesa é uma das exigências para a realização dos cursos de Mestrado Profissional.

2.2. Formação continuada dos docentes

Um dos pontos de grande preocupação e de reflexão do CPGO é a formação continuada dos docentes dos programas, entendendo que o Estágio Pós-Doutoral e a atuação como Professor Visitante em outras instituições deve fazer parte de uma política de melhoria da qualidade e impacto da produção científica, com repercussão direta na maturidade e fortalecimento das linhas e dos projetos de pesquisa bem como na formação integral dos mestrandos.

Considerando a importância do Estágio Pós-Doutoral e da atuação como Professor Visitante dos docentes em instituições reconhecidas pela geração de conhecimento no exterior como oxigenador das linhas e projetos de pesquisa, o CPGO tem articulado com os departamentos dos professores dos programas, um cronograma de qualificação dos docentes para centros de referência e pesquisa em diferentes países. Esse cronograma é construído em consonância com as linhas de pesquisa dos programas, suas necessidades e perspectivas futuras, respeitando a política departamental de qualificação docente. Um aspecto positivo observado no perfil do corpo docente atual é a baixa endogenia, resultado da formação doutoral diversa dos docentes em diferentes instituições nacionais e internacionais.

2.3. Desempenho do docente em sala e como orientador

O desempenho do corpo docente permanente e colaborador é mensurado a partir de um processo estruturado de credenciamento/recredenciamento, quando vários critérios são considerados, tais como: produção intelectual qualificada; protagonismo na produção intelectual; índice H; captação de recursos em agências de fomentos no Brasil e no exterior; experiência em orientações/coorientações de alunos bolsistas de iniciação científica, mestrado e doutorado. O recredenciamento do corpo docente permanente é realizado trienalmente, conforme resolução da UFMG. O CPGO também se preocupa com a avaliação docente realizada pelos discentes, para tanto são realizadas duas frentes de atuação: a primeira é um formulário disponibilizado semestralmente pelo sistema “Minha UFMG” aos alunos, onde é oportunizada a avaliação das disciplinas cursadas, corpo docente e docente coordenador. São também realizadas semestralmente reuniões com os alunos quando manifestam suas avaliações dos docentes, dos orientadores e das disciplinas.

2.4. Qualidade das teses e dissertações do Programa

Uma forte preocupação do CPGO é a qualidade de seus projetos de pesquisa que resultarão em dissertações, bem como em produção intelectual e técnica qualificada. Com vistas à manutenção crescente da qualidade de seus produtos intelectuais o PPGO estabelece algumas políticas de controle, tais como:

- apresentação seguida de arguição dos projetos de pesquisa no processo de seleção para ingressos no Programa;
- apresentação dos projetos de dissertações na disciplina de Metodologia Científica (MP) e Seminários
- (Programas Acadêmicos), quando os alunos são arguidos e recebem comentários e sugestões por docentes e pelos colegas discentes;
- entrega dos projetos de pesquisa dos alunos no Colegiado de Pós-graduação que os encaminha para um parecerista *ad hoc* e com base neste parecer aprova a realização da pesquisa;
- avaliação semestral do andamento da pesquisa dos discentes quando são identificadas e encaminhadas as dificuldades, inconsistências e potencialidades do projeto;
- acompanhamento semestral da produção intelectual e técnica dos discentes e dos docentes orientadores visando a geração de produtos intelectuais e técnicos qualificados.

2.5. Ações de acompanhamento de egressos

A participação do egresso na avaliação da qualidade de um curso é fundamental, pois é o egresso que vivencia a realidade do mercado de trabalho, apontando o que em sua formação contribuiu positivamente ou negativamente para sua vida e carreira profissional. A coordenação do curso concorda que a avaliação dos cursos se torna mais efetiva quando a participação do egresso acontece e que as pesquisas de egressos se constituem numa ação importante para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais das instituições (ALMEIDA, 2018).

Dessa maneira, há de se enfatizar o acompanhamento de egressos como relevante estratégia institucional para obtenção de informações acerca da qualidade da formação discente e de sua adequação às novas exigências da sociedade e mercado de trabalho. Diante das demandas por estudos voltados para a avaliação educacional, os alunos egressos assumem papel estratégico para compreensão sobre a efetividade social e profissional dos conhecimentos adquiridos no período da formação. Este público enfrenta, em seu cotidiano, situações complexas que o levam a confrontar as competências desenvolvidas durante o curso com as requeridas no exercício profissional; tal vivência permite avaliar a adequação da estrutura pedagógica do curso e resgatar aspectos intervenientes desse processo (LIMA, ANDRIOLA, 2018).

A análise da inserção profissional dos egressos, portanto, é uma forma de avaliar os Programas *stricto sensu* no que tange à qualidade de sua formação e preparo de profissionais para o mercado de trabalho e é um importante instrumento a ser considerado no processo de

avaliação. O propósito deve ser identificar o local ou a instituição de atuação profissional dos egressos, seus cargos e experiências (ROSSIT *et al.*, 2018).

Além da inserção profissional, existem outras dimensões da avaliação com egressos que permitem estimar o desempenho dos mesmos após o curso, bem como a importância da formação para sua profissão. Eles são capazes de analisar de forma melhor e mais abrangente, até que ponto a carga horária, os conteúdos, as estratégias de formação estão sendo de fato suficientes para que a atuação profissional seja a mais eficiente possível.

A coordenação pensa que uma política de acompanhamento de egressos deve ter caráter institucional, sistemático e participativo; estabelecer processos de coleta e análise de dados que ocorram em periodicidade regular, e que se beneficiem de oportunidades de atualização (e.g., em interações do egresso com a faculdade); fazer uso de tecnologias da informação para coleta, sistematização e análise de dados, aproveitando as funcionalidades já disponíveis nos sistemas existentes.

Para o desenvolvimento de um instrumento de avaliação adequado é necessário, também, conhecer o perfil desejado do profissional a ser formado no Programa/Curso. No caso do Programa de Pós-graduação em Odontologia, espera-se a formação de mestres com o seguinte perfil: profissional com competência para intervir em serviços de saúde e com capacidade de desenvolver pesquisas, analisar dados, fazer diagnósticos, planejamento, avaliação e intervenções, além da habilidade para a gestão de serviços de saúde.

O Mestrado Profissional já desenvolveu um questionário que envia aos seus egressos anualmente para acompanhar o desenvolvimento deles (Anexo).

2.6. Oferta de atividade extracurricular

A coordenação do MP tem trazido docentes visitantes de outras instituições, expoentes da área de Saúde Coletiva, para cursos, consultorias nos estudos e parcerias de trabalho pois acredita que essas atividades contribuem sobremaneira para o crescimento tanto dos estudantes quanto dos docentes.

2.7. Políticas de inovação e resultados obtidos (ensino, políticas públicas, produtos tecnológicos, patentes)

A coordenação identifica a relevância dos produtos tecnológicos desenvolvidos no Mestrado Profissional. Todos os alunos do curso precisam desenvolver um produto técnico para utilização nos Serviços de Saúde ou por todos os profissionais da área. Ações para melhorar a diversidade e qualidade dos produtos técnicos estão sempre sendo pensadas e realizadas.

2.8. Políticas de internacionalização e seus resultados

A coordenação do MP assim como o Colegiado de Pós-graduação entendem que as relações construídas com outros grupos de pesquisa dentro e fora do Brasil criam novas oportunidades de produção e formação de redes de conhecimento dinâmicas com impacto na formação do estudante, aperfeiçoamento do docente, com desenvolvimento de produtos e processos com impacto na sociedade, viabilizando ainda a inserção do egresso no mercado de trabalho. A coordenação e o Colegiado têm clareza que as interações com diferentes grupos de pesquisa consolidarão o papel de liderança acadêmica da nossa instituição na área de Odontologia.

Algumas políticas e ações foram desenvolvidas pelo Colegiado para a internacionalização e foram intensificadas com a entrada do mesmo no Print/CAPES. Os indicadores de internacionalização considerados atualmente são a saída dos docentes para estágios no exterior, número de professores visitantes do exterior, produção intelectual com docentes no exterior. O impacto destas ações de internacionalização na formação dos estudantes e docentes fica evidenciado na oxigenação das linhas de pesquisas dos Programas e na qualidade dos produtos científicos e técnicos gerados.

3. Proposta do processo de Autoavaliação do Curso de Mestrado Profissional de Odontologia em Saúde Pública

Segundo o documento de Avaliação da CAPES, a autoavaliação é um exercício de autonomia responsável. A proposta metodológica de autoavaliação, sugerida no documento, aponta formas de operacionalização possíveis: através do monitoramento da qualidade do programa, seu processo formativo, produção de conhecimento, atuação e impacto político, educacional, econômico e social; e com foco na formação discente pós-graduada na perspectiva da inserção social e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional, presencial e/ou a distância do programa.

O documento sugere ainda a seguinte sequência de etapas: definição de políticas e de preparação, incluindo a sensibilização de todos os envolvidos no Programa, o diagnóstico e em seguida a elaboração do projeto de autoavaliação. Esse projeto deve conter os objetivos, as estratégias, o método (técnicas, instrumentos, formas de análise, frequência de coleta de dados, cronograma, recursos), a equipe de implementação e as suas responsabilidades, forma de disseminação dos resultados e monitoramento do uso de resultados. Ao final é importante que o grupo reserve um momento para avaliar a própria sistemática de avaliação durante um determinado ciclo, ajustando-a, caso necessário.

A Pró-reitoria da Pós-graduação da UFMG está propondo, também, uma autoavaliação de todos os cursos e programas de pós-graduação da UFMG e, deste modo, tanto o Colegiado

de Pós-graduação quanto a Coordenação do Mestrado Profissional consideraram melhor realizar o diagnóstico no mesmo formato proposto pela Pró-reitoria, com objetivo de otimizar o processo. Essa proposta de autoavaliação diagnóstica fundamenta-se no entendimento de que quatro pontos focais são indispensáveis e suficientes para gerar a fotografia do momento atual:

1) Estrutura do curso, em sintonia com o contexto atual de atuação da área. A pergunta central é: Quais estratégias de atualização de sua estrutura o Curso adota para se manter em sintonia com a evolução da área do conhecimento?

2) Corpo docente, que é a chave para o funcionamento de qualquer Curso. O fluxo de entrada e saída de docentes (quadro evolutivo dos docentes em relação aos tempos de ingresso e previsão de saída do Programa por aposentadoria). A adequação do perfil docente à estrutura em dinâmica alteração e às demandas de inserção do Curso.

3) Corpo discente: neste ponto, a ideia é avaliar desde o perfil de quem vem sendo atraído pelo Programa, passando pelos atuais discentes e pelos egressos. Para traçar o panorama do perfil discente, devem ser verificados os seguintes pontos: qualificação dos candidatos (p.ex., área de formação anterior, instituição e tempo decorrido entre a obtenção do título e a candidatura ao processo seletivo); efetiva utilização das vagas e público alcançado (regional, nacional, restrito a determinada área de formação ou contemplando várias áreas de formação prévia); fluxo discente: cumprimento de prazos e porcentagem de evasão; dados sobre os egressos, especialmente o seu destino profissional.

4) Inserção do Programa: no mais amplo sentido da palavra inserção, abrangendo o contexto regional, nacional e até internacional, em consonância com a área de avaliação e os objetivos do Curso, que definem sua estrutura. A verificação do caráter multidimensional objetiva garantir, por meio da (auto)crítica trazida à tona pelo processo de avaliação diagnóstica interna, a identificação do seu espaço próprio de inserção, que terá impacto direto em sua autoavaliação continuada e, ao que indicam recentes manifestações da CAPES, na própria avaliação periódica conduzida pela agência. Para definir o escopo da inserção serão levantadas informações quanto à: compreensão da identidade e vocação do Programa em termos de inserção; internacionalização, participação em grupos de pesquisas/redes nacionais e internacionais; parcerias com programas no exterior, em especial aquelas que geram reciprocidade na implementação de financiamentos; recebimento de docentes visitantes estrangeiros nos Programas; influência do Programa em políticas públicas; repercussão regional do Programa.

Seguindo nesse sentido, a Coordenação do Colegiado de Pós-graduação pretendendo primeiramente sensibilizar todos os segmentos (docentes permanentes, colaboradores, discentes, egressos, técnico-administrativos) para que todos participem efetivamente do diagnóstico do curso, organizou um Seminário onde foi discutida a necessidade da autoavaliação e apresentada uma pré-proposta elaborada por comissão instituída pelo Colegiado. Neste evento, após tomarem conhecimento da proposta da CAPES e da comissão formaram-se 2 grupos: docentes

do Mestrado Profissional e do Programa Acadêmico onde puderam contribuir para melhorar a proposta inicial e adequar para os cursos. Um Seminário também foi realizado com os alunos, cumprindo a primeira etapa de informação e sensibilização. Após esses encontros foi constituída a comissão de Autoavaliação do Curso que tem participantes docentes, discentes e técnico-administrativos. As etapas da criação de comissão, elaboração de pré-proposta e discussão com o grupo de professores e discentes estão previstas também no roteiro apresentado pela CAPES em documento do GT AUTOAVALIAÇÃO.

3.1 – Plano de Autoavaliação

Após a reunião de apresentação da pré-proposta ficou definido que a Comissão de Autoavaliação do Curso deverá incluir sugestões dos docentes e alunos no Seminário. Os docentes sugeriram adotar o modelo teórico-lógico para avaliação do Curso (Vieira-da-Silva e Hartz, 2005) e apontaram as dimensões que deveriam ser incluídas na avaliação (Quadro 1).

A metodologia do modelo teórico-lógico reúne a delimitação de ideias, hipóteses e expectativas que integram a estrutura e o funcionamento esperado do programa, sendo importante, pois representa os vínculos causais entre o que o programa deve produzir e o resultado esperado.

Além disso, por ser aplicado a qualquer programa, é indicado para o planejamento, a implementação, a gestão e a avaliação. Devido à sua ampla aplicação, o modelo teórico-lógico pode ser utilizado em estudos de avaliabilidade, avaliação ex ante ou avaliação ex post.

O Estudo de Avaliabilidade (EA) explora os objetivos, expectativas e informações de um programa, necessários para os gestores e formadores de políticas; explora a realidade do programa; avalia a probabilidade das atividades do programa alcançarem progressos mensuráveis em direção aos objetivos do mesmo; e avalia a extensão com que as informações da avaliação poderão ser usadas pelos gestores. (Wholey, 1979). O EA atua, portanto, como um passo inicial para a avaliação de um programa aumentando a probabilidade de que a avaliação forneça, em tempo hábil, resultados relevantes para os tomadores de decisão. Esse tipo de pré-avaliação se encaixa muito bem na proposta de autoavaliação do Curso.

Para o desenvolvimento do EA Thurston e Ramaliu (2005) propuseram um sistema composto por sete elementos: (a) descrição do serviço identificando: as metas, os objetivos e as atividades que o constituem; (b) identificação e revisão dos documentos disponíveis sobre os serviços; (c) modelagem (modelo lógico do serviço) dos recursos disponíveis, programa de atividades pretendidas, impactos esperados e conexões causais presumidas; (d) supervisão do serviço, ou obtenção de um entendimento preliminar de como o serviço opera; (e) desenvolvimento de um modelo teórico da avaliação; (f) identificação de usuários da avaliação

e outros interessados envolvidos; e (g) obtenção de um acordo quanto ao procedimento de uma avaliação.

Tal processo exige a elaboração de modelos lógicos e teóricos como componentes essenciais para avaliação. Estes ajudam na obtenção de uma compreensão precisa da intervenção, das relações que esta mantém com o contexto em que ocorreu, e de sua lógica (Vieira-da-Silva e Hartz, 2005).

A metodologia do modelo teórico-lógico especifica uma etapa de consenso entre os participantes para definir se o modelo representa a lógica do programa e consequentemente validar sua utilização.

Para sua realização, serão conduzidas análises documentais e realização de grupos focais com informantes-chaves, sejam eles docentes, discentes/egressos ou técnicos administrativos. Após a análise dos elementos que compõem cada dimensão a ser abordada na autoavaliação do Curso (QUADRO 1), será elaborado o modelo teórico-lógico do Curso, e a partir deste, elencados os indicadores que irão compor a matriz avaliativa, da qual derivará instrumentos de autoavaliação.

Para a análise documental, serão avaliados: projeto pedagógico do Curso, relatórios anuais da Capes (a partir de 2015, ano do primeiro relatório do Curso), currículo lattes de docentes e discentes, planos de ensino das disciplinas, plataformas do Sistema UFMG, dentre outros.

Os grupos focais irão buscar compreender como o curso é percebido pelos informantes-chaves, como se dá percepção de cada informante quanto à seu papel no Curso e como cada informante avalia o curso (especialmente os discentes em relação à sua formação profissional).

Quadro 1 - Dimensões que deverão ser abordadas na autoavaliação do Curso

DIMENSÕES
<p>PESSOAL</p> <p>Perfil dos discentes (idade, gênero, formação, área de atuação);</p> <p>Perfil dos docentes (titulação, experiência, entre outros);</p> <p>Avaliação da coordenação/gestão do Programa (acompanhamento, disponibilidade, dedicação, entre outros);</p> <p>Avaliação dos docentes (didática, frequência, entre outros);</p> <p>Avaliação dos discentes (desempenho, interesse, entre outros);</p> <p>Relação professores-alunos-coordenação.</p> <p>Perfil do pessoal de apoio técnico administrativo (qualificação, experiência, entre outros);</p> <p>Avaliação do pessoal de apoio técnico administrativo;</p>
ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA

<p>Objetivos do Programa (definição, divulgação, alinhamento com objetivos institucionais, entre outros); Estrutura organizacional Disciplinas (grade curricular, carga horária, ementas, método de avaliação, entre outros); Regime de funcionamento (carga horária, duração do curso, horários); Processo de orientação (quantidade de orientandos, disponibilidade do orientador, relação orientador-orientando, entre outros); Processo de seleção/ingresso; Participação nas decisões do curso; Apoio à capacitação (docentes e apoio administrativo); Financiamento estudantil (bolsas, auxílios); Demanda pelo curso. Instituições associadas e distribuição de polos; Credenciamento/descredenciamento de docentes;</p>
<p>ESTRUTURA FÍSICO-ADMINISTRATIVA Condições físicas da infraestrutura (salas de aula, laboratórios, equipamentos, biblioteca, entre outros.); Ambiente virtual de apoio à aprendizagem; Materiais didáticos e recursos pedagógicos; Recursos financeiros para manutenção do Programa (convênios, parcerias, financiamento estatal, entre outros).</p>
<p>PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA Produção docente (incentivo, relevância, publicações, entre outros); Produção discente (incentivo, relevância, publicações, entre outros); Trabalho de Conclusão de Curso (relevância, avaliação, tempo para desenvolvimento, entre outros).</p>
<p>EGRESSOS Relação concluintes/evasão; Identificar a inserção profissional dos alunos.</p>
<p>INSERÇÃO DO PROGRAMA Repercussão regional e nacional do programa Influência do programa em políticas públicas Tipificação da produção técnica. Influência no serviço público, melhoria do serviço – ex.: o serviço utiliza o protocolo criado? – elaborar formas de mensurar esses impactos (pode ser feito de acordo com cada tipo de produto técnico, de acordo com a nova classificação)</p>
<p>MANUTENÇÃO DA QUALIDADE Manutenção da avaliação periódica; Discussão e utilização dos resultados das avaliações para definição de ações de melhoria.</p>

A partir desse momento, o desenvolvimento dos aspectos operacionais das etapas seguintes ficará a cargo da Comissão, que deverá apresentar, sensibilizar e orientar sobre processos e procedimentos a serem implementados durante o desenvolvimento deste projeto, de modo a envolver toda a comunidade. Poderão ser realizados seminários ou workshops e

encaminhadas mensagens institucionais para esse fim. A apresentação e orientação iniciais serão realizadas já nos primeiros dois meses do processo de avaliação diagnóstica.

As atividades de sensibilização e informação devem ter formatos diversificados, como: reunião com coordenadores; reuniões ampliadas e realização de grupos focais com docentes, técnicos e discentes; reuniões temáticas para abordar problemas específicos, desenvolvimento de plataforma institucional para cadastro de egressos, aproveitando o que a Pró-reitoria já está implementando.

A comissão poderá elaborar questionários no *Google forms*, que serão encaminhados à comunidade acadêmica envolvida com o curso. Deverão ser elaborados distintos instrumentos para a manifestação de docentes credenciados na PG e docentes não credenciados, coordenadores, secretários e discentes. Caso o banco de dados de egressos progrida com rapidez, egressos também serão consultados por meio de questionário.

Deverá ser realizada a análise dos resultados levantados pelos questionários aplicados e pelo cadastro de egressos. A Comissão poderá expandir sua composição pela designação de consultores ad hoc nesta etapa. A Comissão e os consultores designados para tal deverão realizar assembleias para debate de resultados obtidos no processo. Será realizado um relatório final da avaliação diagnóstica, com apresentação de propostas e recomendações.

O diagnóstico do Programa deverá contemplar também uma etapa de avaliação externa. Essa comissão externa irá avaliar todas as dimensões relacionadas ao processo formativo do curso. A partir da proposta do curso que é preparada anualmente para os relatórios CAPES, a comissão irá preparar um relatório apresentando uma análise crítica sobre as metodologias e a qualidade do produto final do programa. Esse produto final incluirá as dissertações, a produção técnica e a análise da qualidade do corpo docente nos diferentes momentos do processo formativo. Para isso a comissão irá entrevistar alunos, professores e técnicos, assistirá apresentações de seminários com arguição pelos alunos, avaliações críticas dos diferentes atores, e reunião coma coordenação.

Os relatórios da Comissão Interna e da Externa serão submetidos à apreciação do curso em reunião dos docentes e discentes, e, após sua aprovação, serão utilizados para realização do seu planejamento estratégico no sentido de enfatizar os pontos fortes detectados e prover soluções para atenuar os pontos fracos.

O Programa pretende avaliar a própria sistemática de avaliação adotada após todo o processo, ajustando-a, caso necessário (metaavaliação). O curso adotará, ainda, uma avaliação continuada, para tal deverá nomear uma Comissão de Avaliação Permanente.

Atividades	2020			
	1º. Trimestre	2º. trimestre	3º. Trimestre	4º. Trimestre
Finalização do projeto pela Comissão	X	X		
Apresentação/Aprovação do Projeto para os segmentos dos docentes, discentes e técnicos		X		
Coleta de dados			X	
Análise dos dados			X	
Apresentação dos dados para todos os segmentos				X
Realização do Planejamento Estratégico – Metas e Indicadores				X
Apresentação/aprovação do Planejamento Estratégico				X
Aplicação do Planejamento Estratégico pela Coordenação do curso e comissão de avaliação				X

Referencial teórico

1. Almeida, AN. Forças e fraquezas do curso de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília. *Educ Pesqui* 2018; 44: e166602.
2. Andriola, WB. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. *Educar em Revista* 2014 Out/Dez;54:203-19.
3. Hortale, VA, Moreira, COF. Self-assessment in graduate public health programs: characteristics and constraints. *Cienc Saude Colet*. 2008 Feb [cited 2019 Apr 08]; 13(1): 223-33. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100026&lng=en.
4. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Avaliação Institucional. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/avaliacao-institucional>. Acesso em 12 de abril de 2019.
5. Guimarães, JA. Apresentação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)*. 2012; 9(16):7-8.
6. Gouvêa FCF. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). *RBPG*. 2012; 9(17):373-97.
7. Queiroz, MG. O ensino da Odontologia no Brasil: concepções e agentes. Tese, Programa de Pós-Graduação em Educacao, Goiânia: Universidade Federal de Goiás; 2006.
8. Rossit, R, Freitas, M, Batista, S, Batista, NA. Constructing professional identity in Interprofessional Health Education as perceived by graduates. *Interface (Botucatu)* 2018;22(Supl. 1):1399-410.
9. Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório Integral de Autoavaliação Institucional. UFMG, 2018. Disponível em https://www.ufmg.br/dai/textos/CPA-UFMG-2014_2018-Integral.pdf. Acesso em 07 de junho 2019.
10. VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; HARTZ, Z. M. A. Conceitos, abordagens e estratégias para avaliação em saúde. In: HARTZ, Zulmira Maria de Araújo (org.). *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p.15 - 39.
11. WHOLEY, J.S. Evaluability assessment. In L. Rutman (Ed.), *Evaluation research methods: A basic guide*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
12. THURSTON, W.; RAMALIU, A. Evaluability assessment of a survivors of torture program: lessons learned. *Canadian Journal of Program Evaluation*, Toronto, v. 20, n. 2, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DISCENTES

Parte I: Identificação do relatório

Semestre/Ano: _____ / _____

Aluno/a: _____

Orientador/a: _____

Nível: () Mestrado () Doutorado () Mestrado Profissional

Área de Concentração: _____

Ingresso: ____ semestre/20____

Data limite para o Exame de Qualificação: ____/20____

Data limite para a Defesa: ____/20____

Bolsista: () Sim () Não Agência: _____

O/A aluno/a encontra-se em fase de (marcar com X as opções pertinentes):

- () Obtenção de créditos
- () Planejamento do estudo
- () Coleta de dados
- () Processamento de resultados
- () Redação da tese / dissertação

Parte II: a ser preenchida pelo/a discente

1 Atividades relacionadas à integralização de créditos:

- 1.1 Disciplinas cursadas no semestre:
- 1.2 Número de créditos obtidos no semestre: ()
- 1.3 Total de créditos já obtidos: ()
- 1.4 Número de créditos faltantes ()

2 Atividades relacionadas ao desenvolvimento da dissertação/tese:

- 2.1 Título e objetivos do projeto:

2.2 O projeto de pesquisa já passou pela aprovação de parecerista?

sim, está aprovado está em trâmite não (justifique)

2.3 O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa?

sim, está aprovado está em trâmite não (justifique)

2.4 Resultados obtidos (detalhar as atividades do projeto desenvolvidas até o momento):

2.5 Etapas a serem realizadas no próximo semestre (organize em tópicos com base nos objetivos propostos):

2.6 Problemas no desenvolvimento do projeto. Especificar se foram solucionados ou não.

3 Outras atividades:

3.1 Participação em eventos científicos

sim (apresentando trabalho) sim (como ouvinte) não

Caso sim, citar a referência completa e o resumo:

3.2 Publicação de artigo científico (citar referência completa de trabalho enviado ou aceito para publicação, se houver):

3.3 Especificar (se houver) outro tipo de produção técnica científica ou desenvolvimento de outras atividades acadêmicas no semestre?

3.4 Participação em projeto de extensão (especificar):

4 Outras informações:

4.1 O projeto apresenta financiamento? () sim () não

Caso sim especificar título do projeto; EDITAL e Agência de fomento:

4.2 O projeto envolve alunos de graduação ou TCC? Caso afirmativo, fornecer os seguintes dados:

Nome completo: _____

CPF: _____ No. de matrícula: _____

Bolsista () sim () não

Caso bolsista, informar Agência de fomento e vigência da bolsa: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do/a discente: _____

Parte III: a ser preenchida pelo/a orientador/a

1 Atividades relacionadas ao desenvolvimento da dissertação/tese:

Análise do desempenho do discente: especificar se houve progresso significativo desde o último relatório de atividades. () sim () não

Justifique:

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do/a orientador/a: _____

Apêndice B - PARECER SOBRE RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE DISCENTES

Semestre/Ano: _____ / _____

Parte I: Identificação do relatório

Aluno/a: _____ Matrícula: _____

Orientador/a:

Nível: () Mestrado () Doutorado () Mestrado Profissional

Área de Concentração:

Ingresso:

Previsão Término:

Bolsista: ___ Sim ___ Não.

Se sim, qual agência de fomento: _____

Parte II: Parecer sobre o relatório técnico

1 O aluno já cumpriu todas os créditos? (Doutorado: 31 créditos; Mestrado: 35 créditos)
() Sim () Não Total de créditos obtidos: em obrigatórias: () em optativas: ()

2 Título do projeto:

3 Quais foram as etapas metodológicas executadas até o momento?

4 Comparado com o relatório anterior, o trabalho apresentou progresso significativo desde o último relatório de atividades?
() Sim () Não () Não se aplica

5 O desenvolvimento do trabalho está dentro do tempo adequado?
() Sim () Não

6 Os resultados apresentados são compatíveis/suficientes com um trabalho de tese / dissertação?
() Sim () Não
Em caso negativo, justifique:

7 A avaliação realizada permite identificar se o estudante realizará a qualificação e a defesa dentro prazo?
() Sim () Não
Em caso negativo, justifique:

8 O aluno participou de eventos científicos?
() Sim (apresentando trabalho) () Sim (ouvinte) () Não
Nome do(s) Evento(s):

Resumo(s):

9 O aluno teve trabalho científico completo submetido a revistas científicas?

Sim Não

10 O aluno teve trabalho científico completo aceito por revistas científicas?

Sim Não

11 O aluno teve algum outro tipo de produção técnica científica ou desenvolveu outras atividades no semestre?

Sim Não

12 O aluno teve participação em algum projeto de extensão?

Sim Não

Parecer Final:

Relatório **Aprovado**

Relatório **Aprovado com ressalvas**

Relatório **Não aprovado**

Por favor, faça as observações que julgar pertinentes sobre a aprovação, ou não, do Relatório:

Data:

Nome do parecerista:

Assinatura do parecerista: _____

**Apêndice C - INSTRUMENTO PARA ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO E
AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL (questões objetivas e discursivas)**

Endereço atual
Qual o seu nome?
Em que ano você concluiu o Mestrado Profissional?
Antes do MP qual era sua atividade profissional? <input type="checkbox"/> Consultório particular <input type="checkbox"/> Serviço público <input type="checkbox"/> Gestão de serviço de saúde <input type="checkbox"/> Curso de graduação <input type="checkbox"/> Docência
Após concluir seu MP quais são suas atividades profissionais? <input type="checkbox"/> Consultório particular <input type="checkbox"/> Serviço público <input type="checkbox"/> Docência <input type="checkbox"/> Gestão de serviços de saúde <input type="checkbox"/> Outro mestrado <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Doutorado
Se você trabalha no serviço público atualmente, qual o seu cargo/função atual?
Você publicou em periódico científico o artigo produzido a partir da sua dissertação? (Sim/Não)
Você possui artigo científico produzido a partir da sua dissertação submetido e aguardando a avaliação de pareceristas? (Sim/Não)
Você fez outra capacitação depois do Mestrado Profissional (curso, outra pós graduação, etc)? (Sim/Não)
Em caso positivo, qual capacitação você fez depois do Mestrado Profissional?
Participou de alguma pesquisa ou publicação depois do Mestrado Profissional? (Sim/Não)
Qual pesquisa ou publicação?
No seu trabalho, você desenvolve ou participa de pesquisas? (Sim/Não)
Na rotina de seu trabalho, você tem a oportunidade de analisar dados, fazer diagnósticos, planejamento e avaliação? (Sim/Não)
Se respondeu positivamente, você se sente preparado para fazer estas atividades? Sim/Não
Você está participando de alguma atividade docente (ministrando aula e/ou palestras)? (Sim/Não)
Em caso positivo, qual a sua atividade docente?
Você se sente preparado para essa atividade? Sim/Não
Avalie agora os conteúdos do curso. Dê uma nota de 0 a 10 , sendo 0 pouco adequados e 10 muito adequados.

Diga-nos se ficou faltando algum conteúdo e qual?

Avalie agora as estratégias pedagógicas de formação do curso. Dê uma nota de 0 a 10, sendo 0 pouco adequadas e 10 muito adequadas.

Aponte o que não foi adequado.

Em relação à aplicabilidade do produto técnico desenvolvido no mestrado, você considera que:

- Ele contribui para a melhoria do serviço de saúde bucal;
- Ele cumpriu apenas uma exigência do curso;
- Ele não foi implantado;
- Ele foi parcialmente implantado;
- Ele foi totalmente implantado.

Dê uma nota de 0 a 10 para a importância do MP para sua carreira, sendo 0 nenhuma importância e 10 muita importância

Justifique a sua nota, por favor. É muito importante para o curso.

Você acredita que o MP modificou a sua prática profissional?

(Sim/Não)

Explique